

# Plano Municipal de Obras e Empreendimentos

## Anteprojeto de Lei encaminhado à Câmara Municipal de Vereadores de Vitória

ARMANDO DUARTE RABELLO

Prefeito Municipal de Vitória

### INTRODUÇÃO

Senhor Presidente

Senhores Vereadores

Constitui, para mim, motivo da mais grata satisfação e elevada honra, comparecer a esta Egrégia Câmara, mais uma vez, para abordar assuntos de alta relevância para o Município.

Ao assumir o honroso cargo de Prefeito Municipal, distinguido que fui com a confiança do Governador Santos Neves, cuja equipe de trabalho me sinto orgulhoso de integrar, tive ensejo de fazer sentir a todos estar o Prefeito que então se empossava animado dos melhores propósitos de congregar esforços a fim de que a solução dos problemas municipais fôsse a resultante de mútua cooperação e perfeita compreensão de responsabilidades por parte do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município.

Muito embora, num regime democrático, possa haver divergências de idéias e de princípios no que tange à melhor forma de promover o bem da coletividade, sempre acreditei que isso não constituiria óbice intransponível toda vez que os superiores interesses dessa mesma coletividade estivessem em jogo.

O espaço de tempo relativamente curto em que me encontro à frente do Governo Municipal veio demonstrar quanto seguro me encontrava eu nos meus prognósticos, pois que, em todas as oportunidades que tive de estudar os problemas do Município, dependentes de pronunciamento da Egrégia Câmara de Vereadores, sempre encontrei, da parte de todos os seus dignos e ilustrados membros a mais elevada compreensão de seus deveres e responsabilidades perante a população que dignamente representam.

Esse clima de estreita harmonia e de cooperação que tem presidido a ação do Executivo e do Legislativo do Município, e do qual resulta, por certo, num futuro próximo, os mais fecundos resultados para a administração municipal, vem propiciando encorajamento ao Prefeito para que, cada vez mais, se esforce no sentido de cum-

prir, sem medir sacrifícios, os árduos e difíceis deveres que o cargo lhe impõe.

A obra do governo resulta da ação coletiva, da mobilização de inteligências e da ação coordenada de quantos são chamados a nela tomar parte.

Como Chefe do Executivo Municipal me venho esforçando no sentido de congregar esforços e mobilizar inteligências de quantos integram os quadros administrativos do Município, a fim de equacionar e propor solução adequada para os problemas relacionados com o bem público. A nossa ação resulta, assim, de um trabalho de equipe em que cada um, na sua especialidade, e a medida de suas forças, traz sua contribuição eficiente à obra comum. Daí porque, ao comparecer a esta Egrégia Câmara para apresentar e justificar dois importantes projetos de lei, com os quais, estou convencido, surgirá uma nova era de progresso para o Município, fiz-me acompanhar dos diretores e chefes de serviços da Prefeitura, eficientes colaboradores na execução dos aludidos projetos.

O primeiro desses trabalhos refere-se ao "Plano Municipal de Obras e Empreendimentos" que constitui, se não nos enganamos, o primeiro ensaio de planejamento municipal a realizar-se no Espírito Santo.

Para justificá-lo, lembrarei aqui inicialmente que no discurso de posse fiz sentir que "a administração, seja ela de natureza pública ou privada, não pode desenvolver-se empiricamente, sem método ou sistema. A improvisação, além de encarecer, desnecessariamente, o custo dos serviços, só pode conduzir ao fracasso o administrador ou a empresa.

Greca, eminente municipalista argentino, já dizia que deixar livre ao azar, ao capricho, à improvisação ou às meras conveniências dos indivíduos o crescimento ou estruturação de uma cidade equivale a desconhecer a missão mais fundamental que incumbe a todo governo edilício.

O planejamento é, hoje em dia, uma ciência de que se socorrem nas nações civilizadas para



*equacionar e resolver seus mais instantes problemas. A ação governamental não pode dispensá-la do ciclo da técnica e de progresso que a humanidade vive e ninguém poderia realizar obra fecunda pretendendo dar solução imediatista e empírica aos problemas administrativos. Planejar é, portanto, prever para prover. Daí as razões que inspiraram o anteprojeto do "Plano de Obras e Empreendimentos, cuja justificação passo a fazer.*

#### MENSAGEM E ANTEPROJETO DE LEI DO PLANO MUNICIPAL DE OBRAS E EMPREENDIMENTOS

Senhor Presidente :

Tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa Egrégia Câmara o incluso projeto de lei dispondo sobre a criação do "Plano Municipal de Obras e Empreendimentos", cuja finalidade é fixar as bases e obter recursos para a execução de um vasto programa de trabalho a ser executado pelo Município dentro de um quinquênio.

2. Tratando-se de assunto que vai merecer, por certo, acurados estudos por parte dos ilustres membros dessa Casa, julguei oportuno fazer acompanhar o projeto de uma detalhada exposição de motivos, documentada com dados estatísticos.

#### CONSIDERAÇÕES GERAIS

3. Quem quer que se disponha a percorrer a cidade, terá oportunidade de constatar a gravidade dos problemas relacionados com o bem público que estão a reclamar pronta solução por parte do poder municipal. Nos bairros, residenciais ou não, principalmente naqueles onde habita a classe operária, o que se observa é desconforto, falta de higiene, deficiência ou carência dos melhoramentos mais essenciais à vida da população. Nos morros, os logradouros estão arrasados pela erosão. Por falta de drenagem, as águas das chuvas e de esgotos se misturam e descem morro abaixo, com grave risco para a saúde pública; nas partes baixas, por falta de declividade, as águas se acumulam, formando charcos e viveiros de mosquitos que aumentam, ainda mais, os sofrimentos da população, enquanto que bairros inteiros aguardam a pavimentação de seus logradouros. Por toda a cidade, é deficiente e precário o serviço de iluminação, o de abastecimento d'água, o de esgotos, o de coleta domiciliária de lixo, o de limpeza e higiene dos logradouros; o de abertura, calçamento e conservação de logradouros, o de mercados e feiras e muitos outros serviços públicos de importância vital.

4. A administração municipal está completamente desaparelhada para atender às necessidades públicas. Além de não contar com instalações adequadas para as suas repartições e serviços, não possui o Município, em plena era de máquinas, os mais rudimentares instrumentos mecânicos de trabalho. O número de veículos de carga, para execução de obras, conservação da cidade,

coleta de lixo e transporte de carne, é deficiente e os poucos que existem estão em grande parte obsoletos, ocasionando elevadas despesas de custeio.

5. Os nobres Senhores Vereadores, procurando corresponder à confiança dos mandatos de que foram investidos, conhecem, melhor que o Prefeito, a deficiência dos serviços municipais e a incapacidade que a Prefeitura vem demonstrando, até aqui, para resolver os mais rudimentares problemas da cidade, relacionados com o conforto e o bem-estar da população. Em quase todas as sessões da Egrégia Câmara de Vereadores, estão seus ilustrados membros a clamar providências do Executivo para o atendimento das justas aspirações do povo, apresentando e obtendo aprovação para indicações que, em sua maior parte, não podem ser atendidas por falta de recursos orçamentários.

6. Fazendo côro com a voz dos Vereadores, vemos a Imprensa da Capital a clamar, diariamente, contra as inúmeras deficiências dos serviços municipais, pedindo solução para os problemas que, dia a dia, mais se agravam. Os órgãos de imprensa da Capital, em interessantes reportagens que mereceram aplausos dessa Egrégia Câmara, vêm focalizando, documentadamente, as necessidades mais instantes da população da Capital, principalmente da que habita os morros e zonas fora do centro urbano. Anexo, em reforço das nossas considerações e em confirmação do quanto os dignos Vereadores têm dito sobre tais problemas, vai a documentação daquelas reportagens.

7. A deficiência de recursos financeiros para manutenção dos serviços municipais e execução de obras e empreendimentos de natureza urgente e inadiável ressalta ao simples exame do orçamento municipal. Consultando-se o do exercício vigente, vê-se que, somadas todas as dotações para obras e empreendimentos, o seu valor pouco excede de Cr\$ 2.000.000,00, parcelas essas que tiveram a dificultar o seu emprêgo a circunstância de haverem sido distribuídas em pequenas dotações para obras em logradouros especificadamente indicados, obras cujo custo não foi previamente calculado pelos órgãos competentes da Prefeitura, o qual, em regra, é superior ao valor das respectivas dotações, tornando, com isso, impossível a aplicação da verba ao fim a que foi destinada.

8. Com os modestos recursos constantes do orçamento e considerado o elevado custo do material e da mão-de-obra, muito pouca coisa tem sido possível ao Governo Municipal realizar no sentido de melhorar as condições de vida da cidade.

9. Assumindo a Chefia do Governo Municipal compreendi, desde logo, a gravidade das responsabilidades que me pesavam sobre os ombros. Os serviços municipais estavam a reclamar imediata reorganização; a legislação se apresentava deficiente e esparsa; os quadros do funcionalismo exigindo reorganização. Cheguei, rapidamente, à conclusão de que seria necessário o estabelecimen-



to de um plano de trabalho, o qual assim esquematzamos:

- 1.º) Reforma e sistematização da legislação municipal, reunindo num texto único as normas que regulam as relações jurídicas do Município;
- 2.º) Reestruturação dos serviços municipais;
- 3.º) Reestruturação dos quadros de pessoal;
- 4.º) Melhoria do nível técnico do funcionalismo;
- 5.º) Elaboração de um plano de Obras e Empreendimentos a vigorar durante um prazo mínimo de cinco anos.

10. Das medidas acima, a primeira foi iniciada, havendo sido contratados os serviços profissionais do professor Antônio Delorenzo Neto, uma das maiores autoridades no assunto, que foi possível conseguir graças à elevada compreensão do problema demonstrada pela Egrégia Câmara Municipal, que reconhecendo, desde logo, o elevado alcance da providência, dignou-se autorizar o Prefeito a firmar contrato com o citado técnico. A segunda providência está ultimada com a ajuda de técnico do D.A.S.P. Dr. PAULO MESQUITA LARA. A terceira medida vai ser iniciada, enquanto que a quarta já teve início com a designação de dois servidores municipais para freqüentarem a Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas. A última iniciativa está concretizada no projeto que ora tenho a honra de submeter à elevada apreciação da ilustrada Câmara de Vereadores.

#### DEFICIÊNCIA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

11. Já tivemos oportunidade de atribuir a incapacidade do Governo Municipal em prover as necessidades públicas através dos serviços municipais como resultante da deficiência de recursos orçamentários face à grandiosidade e multiplicidade dos problemas administrativos a resolver, relacionados com o progresso da cidade e o bem-estar de sua população.

12. Examinando-se o sistema tributário do Município vê-se, logo, que o princípio da igualdade tributária e da capacidade contributiva da população não vem sendo observado. No caso do impôsto de indústrias e profissões, que é um tributo de natureza semipessoal, os contribuintes foram divididos em classes, não para fins de progressividade do impôsto, mas tendo em vista a categoria das mercadorias, objeto do comércio ou da indústria, sem que tivesse a justificar tal critério, a circunstância de tratar-se de produtos indispensáveis ao consumo das classes de reduzida capacidade econômica.

13. Segundo o Código Tributário Municipal, os comerciantes de café, cacau e madeira foram tratados diferentemente dos demais, pagando taxas três vezes inferiores à estabelecida para as outras atividades sujeitas à tributação, seguidos entre estas muitas mercadorias e serviços indispensáveis à vida das classes assalariadas, de baixo poder aquisitivo. Isso constitui, sem dúvida, injustiça tributária, injustiça essa que se pronuncia ainda mais ao considerarmos que o café, o cacau e a

madeira são produtos destinados à exportação e, sendo assim, atendendo a que o impôsto se vincula ao produto, incorporando-se ao preço de venda, o ônus fiscal passaria a distribuir-se equitativamente sobre a população consumidora do produto, a qual, em sua grande maioria, é constituída de povos de outros países ou outras regiões.

14. Enquanto o Estado tributa cada saca de café exportado em Cr\$ 137,00 e, no próprio âmbito municipal, o Município de Colatina o faz na base de Cr\$ 5,00 por saca, o Município de Vitória recebe, apenas, Cr\$ 1,50, considerando o valor de cada saca na base de Cr\$ 1.000,00, não seu valor médio atual. Com isso, temos os seguintes valores percentuais de impôsto sobre cada saca do produto:

|                                 |        |
|---------------------------------|--------|
| Estado . . . . .                | 13,70% |
| Município de Colatina . . . . . | 0,50%  |
| Município de Vitória . . . . .  | 0,15%  |

15. Se o Município cobrasse dos exportadores de café o impôsto de indústrias e profissões na mesma base do exigido aos negociantes em geral, em obediência, aliás, ao preceito da distribuição equitativa de tributos, implícito no artigo 141, § 1.º da Constituição vigente, isso lhe proporcionaria um aumento anual de arrecadação da ordem de Cr\$ 4.200.000,00, tomando-se por base a exportação de 1.200.000 sacas anuais. O justo, o razoável, o lógico, seria, portanto, que os exportadores de café, cacau e madeira, fôsem equiparados aos demais negociantes no pagamento do tributo. O critério, pois, de cobrança do referido impôsto deve ser revisto, a fim de que o tributo seja cobrado na mesma base de todos os contribuintes, eliminando-se o privilégio que a lei municipal vigente confere a certas classes de contribuintes.

16. O impôsto de indústrias e profissões é cobrado com base no movimento de vendas mercantis. Daí a sua natureza de tributo semipessoal. Como ocorre com o impôsto de vendas e consignações, o seu valor incorpora-se ao preço do produto, incidindo, assim, de forma indireta, sobre a massa de consumidores. Se a população do Município de Vitória é quem, em última análise, paga dito impôsto através da vinculação dêste ao preço das mercadorias, por que as populações de outros países e outras regiões brasileiras devem contribuir com parcela menor? E' coisa sabida que a cotação de café nos mercados externos é influenciada diretamente pelos tributos que, nos países produtores, afetam o produto. Segundo estamos informados, parece existir, mesmo, nos contratos de vendas no mercado a termo, certas cláusulas que modificam o preço do produto em função do referido fator.

17. Por fim, para demonstrar, ainda, a injustiça da desigualdade tributária a que vimos de nos referir, chamamos a atenção dos ilustres Vereadores para o fato de que os produtores e vendedores de café torrado em pó, estão sujeitos a pagar o impôsto de indústrias e profissões na base de 0,5% sobre o movimento de vendas, enquanto que os exportadores do produto em grão apenas



pagam na base de 0,15%. Isso quer dizer que a população de Vitória paga de imposto sobre o café que consome três vezes mais do que pagam as populações de outros países ou outras regiões brasileiras através do imposto cobrado aos exportadores estabelecidos na cidade.

18. O Governo do Estado compreendendo a alta contribuição do café na economia do Estado, cuidou, inteligentemente, de fazer do produto principal fonte de recursos fiscais, dêle tirando o máximo proveito em favor da população do Estado, pôsto que, conforme já tivemos ensejo de demonstrar, sendo o café um produto cuja exportação atinge a quase 90% da quantidade produzida, os impostos que sobre êle vierem a incidir serão, na mesma base proporcional, pagos pela população do Estado e pela de outros países e outras regiões brasileiras. Daí a invejável e privilegiada situação do Espírito Santo que, graças aos recursos proporcionados pelo café, enriquece e fortalece cada vez mais sua economia através do ingresso de capitais provenientes da venda do produto, capitais êsses que vêm acrescidos dos impostos respectivos, proporcionando ao Governo Estadual, com a contribuição de outros povos, meios para executar programa fecundo de obras e empreendimentos, e ampliar e aperfeiçoar os serviços destinados a fomentar o bem-estar do povo e o progresso do Estado.

19. Segundo o princípio de que os impostos reais ou indiretos se vinculam às utilidades e serviços, constituindo parte do seu preço, é coisa sabida que o país ou a região, ao exportar mercadorias, incorpora à sua riqueza não só o valor do produto exportado, como, ainda, a parcela correspondente ao imposto que representa, assim, a contribuição de outros povos ao fomento de progresso do país ou região produtora e conseqüentemente, de bem-estar do seu povo. Já o inverso ocorre na importação. Temos um exemplo de que vimos de afirmar no caso do imposto sobre vendas e consignações. Cada vez que uma Unidade da Federação aumenta dito imposto ocorre o empobrecimento correspondente da economia daquelas Unidades que importam os produtos, pois que, o aumento do imposto reflete-se, imediatamente, no aumento do preço das mercadorias importadas.

20. O Município de Vitória deve, portanto, pelo menos, dar aos negociantes de café, cacau e madeira, o mesmo tratamento tributário que dispensa aos demais que negociam com mercadorias destinadas ao consumo da população local. Aplicado êsse critério de justiça tributária, aliás, previsto na Constituição, terá o Município, com isso, uma fonte valiosa de recursos para proporcionar à sua população a assistência e os benefícios que ela espera dos poderes públicos municipais, mino- rando as condições precárias e deficientes dos respectivos serviços resultantes da pobreza de recursos orçamentários face à grandiosidade e intensidade dos problemas relacionados com o bem público e progresso da cidade.

21. A minha sugestão determinará, talvez, certa reação por parte de uma pequena minoria

incapaz de compreender os altos e nobres postulados da vida em sociedade e os deveres de cidadania. Confiamos, entretanto, em que a maioria da população, inclusive a maior parte das pessoas compreendidas nos nossos comentários a respeito da desigualdade tributária, secundada pela voz de seus ilustrados porta-vozes nessa Egrégia Câmara, colocando-se acima de interesses subalternos, imediatistas, saberá compreender a necessidade de uma conjugação geral de esforços entre governantes e governados, para que a cidade de Vitória possa seguir, com ritmo cada vez maior, sua marcha de progresso e civilização, destacando-se entre as cidades brasileiras mais progressistas, numa demonstração robusta e brilhante da inteligência e da capacidade empreendedora de seus filhos e daqueles que, vindos de outras plagas, nela se radicaram e dela fizeram o prolongamento do seu lar e o campo de sua ação fecunda em prol do seu progresso.

22. Queremos destacar, a seguir, um outro aspecto da deficiência do nosso sistema tributário, o qual diz respeito à cobrança da "Taxa de Contribuição de Melhoria".

23. Na verdade, trata-se de uma contribuição exigida desde épocas muito remotas em alguns países europeus e nos Estados Unidos da América do Norte. Todavia, só em 1934, por força da Constituição, foi introduzida no Brasil sendo o Estado de São Paulo o primeiro a pôr em prática o sistema, em 1936.

24. SELIGMAN definiu a Contribuição de Melhoria como "a contribuição obrigatória, percebida em proporção aos benefícios especiais obtidos, para cobrir as despesas de uma melhora específica da propriedade, empreendida no interesse público".

25. GRECA, eminente professor argentino, assim justifica o tributo:

"El fundamento jurídico del gravamen que analizamos consiste en que el implica la devolución al Estado del beneficio o "plus valia" que se produce en propiedad determinada, en virtud de una obra emprendida por los poderes públicos. Se parte del principio de que nadie debe enriquecerse sin causa, o sea por la obra del esfuerzo ajeno, quien en el caso, lo sería por el de la colectividad, representada por el Estado. Ocurriendo esta circunstancia, debe reintegrarse toda o parte de esa riqueza a quien la ha producido. En una palabra, la contribucion de mejoras se cobra en virtud de una ventaja mensurable, obtenida por un propietario que no ha realizado sacrificio alguno para lograrla."

26. No Município de Vitória, a "Contribuição de Melhoria", apesar de haver sido instituída pela Lei n.º 38, de 29-12-48, muito raramente tem sido posta em prática. Um plano governamental que vise a executar, de modo sistemático, as obras públicas mediante a recuperação do seu custo por meio da "Contribuição de Melhoria" como manda a lei, traria as mais sérias conseqüências de ordem financeira para a população da cidade, constituída, em grande maioria, de pessoas de classes assalariadas, tais como operários, funcionários públicos, comerciários, industriários, etc.



27. A recuperação do custo das obras teria de efetuar-se dentro de prazo curto, no mais tardar no exercício, a não ser que o Governo obtivesse financiamento a longo prazo para ditas, coisa muito pouco provável de obter-se nos dias atuais, face às condições do mercado de capitais e de crédito público. Por outro lado, devido à desvalorização monetária, o custo da mão-de-obra e materiais elevou-se extraordinariamente, o que viria onerar muito fortemente aos proprietários dos prédios situados nos logradouros beneficiados com melhoramentos. Com isso, a aplicação da lei sobre "Contribuição de Melhoria", nas condições atuais, importaria num verdadeiro confisco da propriedade privada, principalmente da pertencente às classes assalariadas que vivem num constante desequilíbrio orçamentário.

28. ALIOMAR BALEEIRO, eminente professor de Ciências das Finanças, ao pronunciar-se sobre tributos confiscatórios da propriedade, diz em seu livro "Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar".

"Dentre os efeitos jurídicos dos artigos 141, § 1.º 16 e 202, se inclui o da proibição de tributos confiscatórios, como tal entendidos os que absorvem todo o valor da propriedade; aniquilam a empresa ou impedem o exercício de atividade lícita e moral."

"O artigo 202 vale como escudo contra o confisco, porque este é incompatível com o critério da graduação pela capacidade econômica do contribuinte. O tributo que absorvesse todo o valor do patrimônio, destruísse a empresa ou paralisasse a atividade não se afirmaria pela capacidade econômica nem se mediria pela graduação. Mataria a capacidade econômica que a Constituinte quer proteger na existência a atingir progressivamente, na medida inversa da sua utilidade individual e social. Extinguiria a propriedade, a iniciativa e o trabalho que os artigos 141, 145, 146 e 147 garantem e advogam como a tributo a ser generalizado a todos os homens e mulheres, para a base do bem-estar social. Justo ou injusto, errado ou certo do ponto de vista social, é o que está na Constituição."

29. Poder-se-á objetar que, no caso da "Contribuição de Melhoria", não se trataria de confisco pôsto que, como decorrência do benefício, haveria valorização da propriedade e, com isso, estaria o Governo pondo em prática, apenas, o princípio da "plus valia". Todavia vale acentuar que, como decorrência do alto custo das obras, em muitos casos haveria a valorização forçada da propriedade, a fim de que os índices de valorização apurados permitissem cobrir o custeio integral da obra. Ademais, a valorização compulsória não vai interessar imediatamente aos proprietários que possuem a casa para sua própria residência, tendo nela um instrumento de proteção à família. Sendo muitos dos proprietários indivíduos pertencentes às classes assalariadas, não poderiam destacar de sua receita a quantia correspondente à cota que lhe coubesse do encargo. E como o tributo é compulsório, resultaria disso a possibilidade do confisco da propriedade para pagamento da dívida.

A Constituição vigente, em seu artigo 202, preceitua:

"Art. 202. Os tributos terão caráter pessoal sempre que isso for possível, e serão graduados conforme a capacidade econômica do contribuinte."

30. A simples leitura do texto constitucional nos demonstra que na aplicação da lei sobre "Contribuição de Melhoria", não poderá ser pôsto em prática pura e simplesmente o princípio da contraprestação ou "mais valia", tomando-se por base, apenas, o valor da propriedade beneficiada. Face ao disposto no artigo 202 da Constituição, em que pese a circunstância da valorização da propriedade, como exigir a contraprestação de quem não tem suficiente capacidade econômica para pagá-la, como ocorre em relação aos proprietários cuja renda provém, unicamente, de salários fixos? Essa tese econômica encontra apoio, igualmente, nas seguintes palavras de JÊZE:

"Destarte, a cláusula relativa à conformidade com os "princípios de justiça social" há de ser entendida em toda a sua plenitude e assim comandará a regra de que as exigências fiscais deverão ser medidas pela capacidade de pagar, e quanto possa fazer o Estado, pelos meios tributários, para solução da questão social, encontra perfeita justificativa no texto."

31. E' ainda, em BALEEIRO, que encontramos defesa para o ponto de vista que vimos de sustentar:

"O fato escolhido pelo legislador para base de tributação é, geralmente, uma concreta manifestação, direta ou não, da capacidade contributiva. Razões obviamente práticas e razões óticas explicam esse fato que se acentua com a evolução social. Reduzido a repartir o custo dos serviços em cotas desiguais, pela desigualdade econômica manifesta dos componentes do grupo político, o governante houve de jungir-se à realidade da capacidade contributiva. Ela, pois, não repugnará, talvez, à situação de causa de tributação — causa, no sentido da razão jurídica — se o legislador orientar-se por uma técnica jurídica causalista. A capacidade contributiva, como causa, seria o mesmo que dizer — a razão eficaz para a tributação."

32. À vista dessas considerações, se o Município não contar, em seu orçamento, com dotações de vulto para executar as obras e empreendimentos exigidos pelo progresso da cidade e bem-estar de sua população, ficará impossibilitado de fixar prazos dilatados para a recuperação das despesas realizadas, através da "Contribuição de Melhoria", despesas essas que — vale acentuar — deverão levar em conta não só a valorização da propriedade, mas, sobretudo, a capacidade econômica dos proprietários.

33. Como causa última da deficiência do sistema tributário municipal, temos a não consonância do mesmo com os princípios jurídicos da criação do impôsto, de que os tributos devem ser transformados em serviços e bens adequados à satisfação das necessidades públicas e de que podem ser exigidos, com esse objeto social, até o limite da capacidade contributiva dos cidadãos.

34. Como as necessidades públicas aumentam na mesma razão que a ciência progride e a sociedade melhora suas condições de vida, é óbvio que o aparelhamento tributário não pode ser estático. Daí a necessidade de aperfeiçoá-lo constantemente à medida que o progresso social segue seu curso dinâmico, adaptando-o, de um lado, à capacidade da população, que varia em função da riqueza produzida, e, de outro lado, às necessidades



públicas, exigindo, sob a forma de tributos, o que fôr necessário à solução dos problemas ligados ao progresso da cidade e ao conforto e bem-estar da coletividade.

35. Teremos melhor idéia das deficiências do sistema tributário do Município de Vitória, pondo-o em confronto com o sistema das capitais brasileiras, com o estadual e dos municípios capixabas. Isso nos demonstrará, a luz da estatística, que o sistema tributário da nossa Capital é dos mais precários e que os tributos exigidos como o mínimo indispensável à administração municipal estão aquém da capacidade contributiva da população e longe de proporcionar os meios essenciais à solução dos problemas ligados ao bem-estar da população e ao progresso da cidade.

#### CONFRONTO COM AS CAPITALS BRASILEIRAS

36. O imposto de indústrias e profissões, como é sabido, representa a principal fonte tributária dos municípios brasileiros. E' constituído, geralmente, de uma parte fixa e outra variável, incidindo esta última sobre o movimento de vendas mercantis. Tomando-se por base esse movimento, ou seja, o giro comercial e louvando-nos em dados estatísticos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, assim se distribui a incidência tributária dos Municípios das capitais brasileira, resultante do confronto da arrecadação do referido imposto em relação ao giro comercial:

|                              |        |
|------------------------------|--------|
| 1. Aracaju . . . . .         | 1,140% |
| 2. Recife . . . . .          | 0,793% |
| 3. Salvador . . . . .        | 0,773% |
| 4. Belém . . . . .           | 0,657% |
| 5. João Pessoa . . . . .     | 0,634% |
| 6. Maceió . . . . .          | 0,561% |
| 7. Fortaleza . . . . .       | 0,451% |
| 8. Florianópolis . . . . .   | 0,434% |
| 9. Natal . . . . .           | 0,398% |
| 10. Teresina . . . . .       | 0,368% |
| 11. Belo Horizonte . . . . . | 0,309% |
| 12. São Paulo . . . . .      | 0,292% |
| 13. São Luiz . . . . .       | 0,231% |
| 14. Cuiabá . . . . .         | 0,220% |
| 15. Pôrto Alegre . . . . .   | 0,215% |
| 16. VITÓRIA . . . . .        | 0,196% |
| 17. Goiânia . . . . .        | 0,184% |
| 18. Niterói . . . . .        | 0,136% |
| 19. Curitiba . . . . .       | 0,112% |

37. Se confrontarmos agora com o movimento do giro comercial não mais o imposto de indústrias e profissões, mas a receita tributária (impostos e taxas), teremos o seguinte resultado, na tabela II:

|                             |        |
|-----------------------------|--------|
| 1. Niterói . . . . .        | 2,031% |
| 2. Aracaju . . . . .        | 1,867% |
| 3. Florianópolis . . . . .  | 1,512% |
| 4. Salvador . . . . .       | 1,354% |
| 5. Recife . . . . .         | 1,263% |
| 6. Belo Horizonte . . . . . | 1,199% |
| 7. Belém . . . . .          | 1,176% |
| 8. Goiânia . . . . .        | 1,065% |

|                            |        |
|----------------------------|--------|
| 9. Teresina . . . . .      | 1,028% |
| 10. São Paulo . . . . .    | 0,986% |
| 11. Maceió . . . . .       | 0,956% |
| 12. João Pessoa . . . . .  | 0,947% |
| 13. São Luiz . . . . .     | 0,941% |
| 14. Fortaleza . . . . .    | 0,837% |
| 15. Cuiabá . . . . .       | 0,823% |
| 16. Pôrto Alegre . . . . . | 0,822% |
| 17. Natal . . . . .        | 0,701% |
| 18. Curitiba . . . . .     | 0,696% |
| 19. VITÓRIA . . . . .      | 0,496% |

38. Vê-se, através desta tabela, que Vitória é a Capital Brasileira onde mais baixa é a tributação da riqueza por parte do Município, fator preponderante da penúria de recursos para atendimento das mais instantes necessidades públicas, as quais se avolumam dia a dia, motivando justas reclamações da população, muitas das quais veiculadas através dos apelos e indicações freqüentemente apresentados a essa Egrégia Câmara pelos seus ilustres membros.

39. Para que tenhamos melhor idéia do que tem sido o não aproveitamento da capacidade tributária do Município, vamos reproduzir, no quadro abaixo, o que teria sido a receita tributária arrecadada pelo Município, no ano de 1951, se a cobrança de impostos tivesse por base a mesma percentagem calculada sobre o giro comercial de cada capital brasileira:

| CAPITAIS                 | RECEITA TRIBUTÁRIA<br>ARRECADADA EM 1951 |   | RECEITA TRIBUTÁRIA CALCULADA PARA VITÓRIA, TOMANDO-SE POR BASE A PERCENTAGEM DO GIRO COMERCIAL DAS CAPITALS |
|--------------------------|--|---|---|
|                          | Total<br>(Cr\$ 1000)                     | % sobre o<br>movim. do<br>giro co-<br>mercial |   |
| Niterói . . . . .        | 43 912                                   | 2,051   | 42 066  |
| Aracaju . . . . .        | 11 080                                   | 1,867   | 38 670  |
| Florianópolis . . . . .  | 7 220                                    | 1,512   | 31 317  |
| Salvador . . . . .       | 77 629                                   | 1,354   | 28 044  |
| Recife . . . . .         | 414 737                                  | 1,263   | 26 159  |
| Belo Horizonte . . . . . | 75 096                                   | 1,199   | 24 834  |
| Belém . . . . .          | 26 840                                   | 1,176   | 24 357  |
| Goiânia . . . . .        | 5 582                                    | 1,065   | 22 058  |
| Teresina . . . . .       | 3 221                                    | 1,028   | 21 292  |
| São Paulo . . . . .      | 1 094 061                                | 0,986   | 20 422  |
| Maceió . . . . .         | 14 109                                   | 0,955   | 19 780  |
| João Pessoa . . . . .    | 11 607                                   | 0,947   | 19 614  |
| São Luiz . . . . .       | 10 125                                   | 0,941   | 19 490  |
| Fortaleza . . . . .      | 25 940                                   | 0,837   | 17 336  |
| Cuiabá . . . . .         | 1 693                                    | 0,823   | 17 046  |
| Natal . . . . .          | 6 770                                    | 0,701   | 14 519  |
| Curitiba . . . . .       | 31 104                                   | 0,696   | 14 416  |
| VITÓRIA . . . . .        | 11 287                                   | 0,496   | 11 287  |

40. Nas comparações feitas anteriormente, tomamos por base a correlação existente entre a receita tributária arrecadada e o movimento do giro comercial, ou seja, o movimento de vendas apurado através da arrecadação do imposto de vendas e consignações. Esse índice expressa a potencialidade econômica das capitais e a capacidade contributiva da respectiva população. Consul-



tando-se a Tabela II, anexa, constata-se que o movimento de mercadorias negociadas nas Capitais Brasileiras em 1951 revela o seguinte índice por habitante em milhares de cruzeiros:

|                             |        |
|-----------------------------|--------|
| 1. São Paulo . . . . .      | 50 440 |
| 2. VITÓRIA . . . . .        | 44 600 |
| 3. Pôrto Alegre . . . . .   | 37 280 |
| 4. Curitiba . . . . .       | 24 730 |
| 5. Recife . . . . .         | 21 380 |
| 6. Belo Horizonte . . . . . | 17 743 |
| 7. Salvador . . . . .       | 13 740 |
| 8. Niterói . . . . .        | 12 930 |
| 9. Maceió . . . . .         | 12 210 |
| 10. Fortaleza . . . . .     | 11 470 |
| 11. Teresina . . . . .      | 11 400 |
| 12. João Pessoa . . . . .   | 10 270 |
| 13. Goiânia . . . . .       | 9 810  |
| 14. Natal . . . . .         | 9 350  |
| 15. São Luiz . . . . .      | 8 980  |
| 16. Belém . . . . .         | 8 950  |
| 17. Aracaju . . . . .       | 7 570  |
| 18. Florianópolis . . . . . | 7 060  |
| 19. Cuiabá . . . . .        | 3 657  |

41. Essa tabela nos demonstra, portanto, que Vitória é o Município brasileiro onde a população apresenta o mais elevado índice de capacidade contributiva pois que em melhor situação somente temos o Município de São Paulo, o que se justifica pela pujança econômica do Estado Bandeirante.

42. Outro método para avaliar o grau de eficiência de um sistema tributário consiste em conhecer o índice de contribuição "per capita" da população, através da relação existente entre a receita arrecadada e a população. Esse índice, por si só, pouco significará se não se levar em conta a capacidade contributiva da população. Nos estudos que aqui fazemos, para aferir essa capacidade, temos-nos valido, sempre, do movimento do giro comercial, que, conforme já dissemos, representa o movimento de venda de mercadorias, elemento mais representativo da riqueza em circulação. Isso quer dizer que, determinando-se, pura e simplesmente, o índice aritmético, com base na receita arrecadada e na população, deixando-se de levar em conta a capacidade contributiva desta, chegaremos, sem dúvida, a falsas conclusões. Vejamos um exemplo do que acabamos de dizer. Os índices de arrecadação "per capita" de Vitória e Belém do Pará são, respectivamente, de Cr\$ 221,65 e Cr\$ 105,27. À primeira vista parece que o habitante de Vitória paga duas vezes mais imposto do que o de Belém. Todavia, sendo, respectivamente, de Cr\$ 44.600 e Cr\$ 8.950, o giro comercial por habitante-ano, de Vitória e Belém, pode-se concluir que, enquanto a contribuição de cada habitante de Vitória representa 0,49% do movimento do giro comercial "per capita", já a de Belém corresponde a 1,17%. Fica demonstrado, assim que, considerada a capacidade contributiva, cada habitante de Vitória paga muito menos imposto do que cada habitante de Belém, sendo, mesmo, o que menos imposto paga entre os habitantes das capitais bra-

sileiras. Para documentar, melhor, as considerações que vimos de desenvolver, resolvemos ilustrá-las elaborando uma tabela procurando demonstrar quanto teria de pagar cada habitante das capitais brasileiras se sua contribuição fôsse aferida tendo por base a contribuição de cada habitante de Vitória, apurada segundo a capacidade contributiva expressa pelo giro comercial por habitante-ano. Os resultados são os seguintes:

|                             |        |
|-----------------------------|--------|
| 1. Niterói . . . . .        | 906,11 |
| 2. Aracaju . . . . .        | 833,20 |
| 3. Florianópolis . . . . .  | 674,43 |
| 4. Belo Horizonte . . . . . | 640,85 |
| 5. Salvador . . . . .       | 603,91 |
| 6. Recife . . . . .         | 563,50 |
| 7. Belém . . . . .          | 524,58 |
| 8. Goiânia . . . . .        | 475,22 |
| 9. Teresina . . . . .       | 452,49 |
| 10. São Paulo . . . . .     | 440,10 |
| 11. Maceió . . . . .        | 425,98 |
| 12. João Pessoa . . . . .   | 422,41 |
| 13. São Luiz . . . . .      | 419,62 |
| 14. Pôrto Alegre . . . . .  | 385,06 |
| 15. Fortaleza . . . . .     | 373,32 |
| 16. Cuiabá . . . . .        | 367,33 |
| 17. Natal . . . . .         | 312,86 |
| 18. Curitiba . . . . .      | 310,64 |
| 19. VITÓRIA . . . . .       | 221,65 |

43. Vejamos, por fim, um último confronto do sistema tributário de Vitória com o das demais capitais brasileiras. O município de Salvador vem de reformar seu sistema tributário, conforme a Lei n.º 242, de dezembro de 1950. Confrontemos alguns valores estabelecidos para cobrança do Imposto de indústrias e profissões naquela e nesta capital, considerada, apenas, a parte variável de dito imposto:

| ATIVIDADES                                       | MOVIMENTO MÉDIO ANUAL DE VENDAS (estimativa)<br>Cr\$ | IMPOSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES (Cr\$) |           |
|--|--|---|-----------|
|  |  | Vitória                                   | Salvador  |
| Comércio varejista (sem bebidas alcoólicas)..... | 600 000  | 3 000                                     | 7 200     |
| Comércio varejista (com bebidas alcoólicas)..... | 600 000  | 3 000                                     | 9 000     |
| Comércio atacadista.....                         | 4 000 000  | 20 000                                    | 40 000    |
| Alcool e bebidas alcoólicas.....                 | 1 200 000  | 6 000                                     | 24 000    |
| Firmas exportadoras.....                         | 2 000 000  | 10 000                                    | 20 000    |
| Negociantes de madeiras.....                     | 2 400 000  | 12 000                                    | 24 000    |
| Bancos (ativo tributável de Cr\$ 50 000).....    | —  | 8 000                                     | 140 000   |
| Hotel (1ª classe).....                           | 1 000 000  | 3 000                                     | 12 000    |
| Cinemas e Teatros.....                           | 4 000 000  | 6 000                                     | 52 000    |
| Firmas exportadoras de café.....                 | 20 000 000   | 30 000                                    | 200 000   |
| Firmas exportadoras de café.....                 | 50 000 000   | 75 000                                    | 500 000   |
| Firmas exportadoras de café.....                 | 100 000 000  | 150 000                                   | 1 000 000 |

44. E' de concluir-se, portanto, diante dos dados estatísticos alinhados, que, confrontada com as capitais brasileiras, Vitória é o município onde mais baixa é a contribuição da população sob a modalidade de tributos municipais.



## CONFRONTO COM O ESTADO

45. Confrontando-se, agora, a receita geral do Município com a do Estado e tomando-se por base o ano de 1943, teremos os seguintes índices de crescimento :

| ANOS      | RECEITA ARRECADADA<br>(Cr\$ 1000) |           | ÍNDICE<br>(1943 : 100) |           |
|-----------|-----------------------------------|-----------|------------------------|-----------|
|           | Estado                            | Município | Estado                 | Município |
| 1943..... | 58 329                            | 5 324     | 100                    | 100       |
| 1944..... | 80 314                            | 5 507     | 138                    | 105       |
| 1945..... | 97 461                            | 6 177     | 167                    | 116       |
| 1946..... | 130 986                           | 6 830     | 224                    | 128       |
| 1947..... | 101 014                           | 8 845     | 173                    | 166       |
| 1948..... | 142 244                           | 8 272     | 244                    | 155       |
| 1949..... | 229 314                           | 17 918    | 393                    | 336       |
| 1950..... | 263 603                           | 15 065    | 452                    | 283       |
| 1951..... | 343 241                           | 18 691    | 588                    | 351       |
| 1952..... | 363 810                           | 20 458    | 624                    | 384       |

46. Se a receita municipal houvesse acompanhado o ritmo de crescimento da receita estadual, teria atingido a Cr\$ 33.221.000,00 em 1952 ao invés de, apenas, Cr\$ 20.458.000,00, aumentada, pois, de mais de Cr\$ 12.763.000,00.

## CONFRONTO COM OS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO

47. Tomando-se por base a receita geral arrecadada pelos municípios espírito-santenses, em 1944 e 1952, foram apurados os seguintes índices de crescimento :

|                                   |       |
|-----------------------------------|-------|
| 1. Barra de São Francisco .....   | 1 681 |
| 2. Jabaeté .....                  | 1 185 |
| 3. Serra .....                    | 1 159 |
| 4. Anchieta .....                 | 1 125 |
| 5. Guaçuí .....                   | 1 007 |
| 6. Linhares .....                 | 930   |
| 7. Alfredo Chaves .....           | 920   |
| 8. Colatina .....                 | 881   |
| 9. São Mateus .....               | 824   |
| 10. Conceição da Barra .....      | 812   |
| 11. Aracruz .....                 | 806   |
| 12. Itapoama .....                | 733   |
| 13. Iúna .....                    | 730   |
| 14. Castelo .....                 | 715   |
| 15. Baixo Guandu .....            | 642   |
| 16. Domingos Martins .....        | 615   |
| 17. Cariacica .....               | 606   |
| 18. Afonso Cláudio .....          | 605   |
| 19. Muqui .....                   | 600   |
| 20. Muniz Freire .....            | 574   |
| 21. Mimoso do Sul .....           | 570   |
| 22. Iconha .....                  | 568   |
| 23. Santa Leopoldina .....        | 543   |
| 24. São José do Calçado .....     | 539   |
| 25. Fundão .....                  | 490   |
| 26. Alegre .....                  | 487   |
| 27. Itapemirim .....              | 431   |
| 28. Itaguaçu .....                | 422   |
| 29. Santa Teresa .....            | 400   |
| 30. VITÓRIA .....                 | 371   |
| 31. Cachoeiro de Itapemirim ..... | 337   |

48. Essa tabela nos demonstra, assim, que somente o Município de Cachoeiro de Itapemirim apresentou índice de crescimento da receita inferior ao de Vitória.

49. Se examinarmos, agora, a contribuição do Comércio e da Indústria, através do impôsto de indústrias e profissões, em alguns municípios em relação aos quais nos foi possível obter os respectivos códigos tributários, teremos o seguinte confronto, tomando-se por base um estabelecimento com o movimento anual de Cr\$ 1.000.000,00 :

|                           |           |
|---------------------------|-----------|
| 1. Colatina .....         | 13 250,00 |
| 2. Itaguaçu .....         | 10 600,00 |
| 3. Santa Leopoldina ..... | 7 900,00  |
| 4. Mimoso do Sul .....    | 7 500,00  |
| 5. Espírito Santo .....   | 7 000,00  |
| 6. Guaçuí .....           | 6 200,00  |
| 7. Muqui .....            | 6 100,00  |
| 8. VITÓRIA .....          | 5 600,00  |

## O "PLANO QÜINQUENAL DE OBRAS MUNICIPAIS"

50. As considerações que vimos de fazer a respeito dos problemas do Município, demonstram, claramente, a necessidade de uma mudança radical nos métodos até aqui postos em prática para a sua solução. Essa mudança, como tivemos oportunidade de adiantar, processa-se através da reforma de base que o Poder Executivo vem realizando na administração municipal, para o que está encontrando da parte da Egrégia Câmara Municipal o maior apoio numa demonstração eloqüente de que os Senhores Vereadores estão sempre prontos a dar sua integral adesão às medidas que consultem, de perto, aos altos interesses da população do município.

51. Como seria curial numa reforma administrativa de natureza municipal, fazia-se necessário fixar um programa a longo prazo para as obras e empreendimentos, provendo-se, igualmente, os meios adequados para sua integral execução. Aí temos, pois, as razões que inspiraram a elaboração do projeto que ora tenho a honra de submeter à elevada consideração da Egrégia Câmara de Vereadores.

52. As obras e empreendimentos de natureza urgente, que se fazem necessários para assegurar o progresso da cidade e o bem-estar da sua população, conforme é fácil de verificar, são de custo muito superior às possibilidades orçamentárias do Município. Para obter ditos recursos, portanto, forçoso será recorrer a novas fontes de receita.

53. Quando está convencida de que os sacrificios de ordem financeira dela reclamados vão ter integral aplicação transformando-se em novos benefícios para todos e contribuindo, por outro lado, através da valorização das propriedades e emprêgo dos recursos obtidos no mercado local de materiais e mão-de-obra, para melhoria das suas próprias condições econômicas, por certo que a população dará apoio a iniciativas como a constante do presente projeto de lei.



54. Para fazer face às despesas com a execução do "Plano Municipal de Obras e Empreendimentos", prevê o projeto duas fontes de rendas, ou seja:

a) criação de taxa de iluminação, na base de 1% sobre o imposto predial.

b) majoração da taxa de cobrança do imposto de indústrias e profissões.

55. A "Taxa de iluminação" é o instrumento mais adequado para conseguir-se dotar a cidade de serviço que merece, não só melhorando a iluminação dos logradouros já beneficiados, como, igualmente, levando êsse fator de civilização e progresso a muitos bairros ainda por êle não beneficiados. O Município de Salvador, por força da Lei n.º 242, de dezembro de 1951, instituiu-a e a população aceitou-a sem restrições, por compreender o seu elevado alcance social.

56. A taxa incidirá, apenas, sobre os prédios dos logradouros públicos servidos de iluminação e representa, assim, uma legítima contraprestação de serviço. Injusta é a praxe atualmente vigorando no Município, de a Prefeitura pagar a iluminação dos logradouros com os recursos provenientes da receita de imposto, porquanto, com isso, os contribuintes que residem nos logradouros não beneficiados com o melhoramento, deverão contribuir, igualmente, com uma parcela de imposto, para o pagamento de um benefício de que não usufruem.

57. Vale acentuar que, conforme dispõe o projeto, apesar de ser a "Taxa de iluminação" uma contraprestação de serviço, o produto de sua arrecadação será aplicado, exclusivamente, na "construção de novas rês de iluminação elétrica, ampliação e melhoramento de iluminação nos logradouros públicos", continuando, assim, a despesa de iluminação a ser custeada com a renda de impostos.

58. A não ser a "Taxa de iluminação", cuja baixa incidência não vem afetar a economia das classes assalariadas, tivemos o cuidado de não propor qualquer alteração de impostos que viesse a afetar de modo direto a propriedade ou o patrimônio dos indivíduos, principalmente das classes assalariadas. O imposto de indústrias e profissões, conforme já dissemos, é um tributo de natureza indireta, eis que se vincula ao valor dos produtos, incidindo sobre a massa de contribuintes de forma suave, inclusive sobre as populações de outras regiões do país ou de países estrangeiros. Apesar disso, foi proposto, no projeto, um aumento de apenas três décimos por cento, ou seja, Cr\$ 3,00 por Cr\$ 1.000,00 de mercadorias vendidas. Quanto ao café, cacau e madeira, produtos destinados à exportação, na sua quase totalidade, cuidamos, apenas, de equiparar os respectivos comerciantes aos demais contribuintes do imposto de indústrias e profissões pôsto que já justificamos, à sociedade, o critério injusto dessa diferença tributária, infringente do disposto no artigo 141 § 1.º da Constituição da República. Essa equiparação se reco-

menda — vale repetir — não só por um imperativo constitucional, como principalmente porque, vinculando-se o imposto ao produto, a pequena majoração vai incidir quase as populações de outras regiões do Brasil ou de outros países.

59. Tivemos, ainda, o cuidado de incluir no projeto um dispositivo isentando do aumento proposto os estabelecimentos varejistas de secos e molhados, os que negociam com carne fresca, peixe, leite fresco e seus derivados, aves e ovos, verduras e legumes, lenha e carvão para uso doméstico, assim como as torrefações de café e os estabelecimentos que produzam ou vendam pão, massas alimentícias e doces. Muito embora o aumento proposto, para cada Cr\$ 10,00 de mercadorias adquiridas, tenha uma incidência do aumento correspondente a 3 centavos, o que, por si só, não justificaria aumento de preços. Quisemos, com a providência, reduzir, ao mínimo, os ônus que tiverem de recair sobre a população, constituída, em sua grande maioria, de classes assalariadas, em que pese a circunstância de que os recursos obtidos como decorrência desses mesmo ônus vão ser aplicados, exclusivamente, na realização de obras e empreendimentos de há muito reclamados por essa mesma população, benefícios êsses que não poderão ser prestados com os atuais e normais recursos orçamentários do Município.

60. O Estado do Espírito Santo, a partir do ano de 1953, a fim de poder levar a efeito o programa de pavimentação das suas rodovias, aumentou em meio por cento o imposto de vendas e consignações, obtendo, com isso, cerca de 40 milhões de cruzeiros anuais. Com essa receita, está transformando a fisionomia econômica do Espírito Santo, multiplicando riquezas através da mais rápida e mais barata circulação da produção.

61. E' oportuno despertar a atenção da Egrégia Câmara Municipal para o fato de que cerca de 60% dos recursos destinados ao Plano representarão contribuição das populações de outras regiões do país ou de países estrangeiros, através das mercadorias exportadas, destacando-se dentre elas, o café, o cacau e as madeiras, produtos de alto preço nos mercados externos. Isso resulta do fato já mencionado de que, vinculando-se o Imposto ao produto, o seu preço de venda será acrescido forçosamente dêsse ônus fiscal.

62. No primeiro exercício de sua vigência, a receita prevista no presente projeto, destinada ao "Plano Municipal de Obras e Empreendimentos" deverá ser a seguinte:

|   |              |               |
|---|--------------|---------------|
| 1 — Taxa de Iluminação .....            | 600.000,00   |               |
| 2 — Imposto de Indústrias e Profissões: |              |               |
| Artigo 44 do Código .....               | 2.500.000,00 |               |
| Artigo 45 .....                         | 6.600.000,00 |               |
| Artigo 46 .....                         | 50.000,00    |               |
|   | 9.150.000,00 | 9.150.000,00  |
| 10% da Receita .....                    |              | 2.900.000,00  |
| Soma .....                              |              | 12.650.000,00 |



63. O Projeto oferece à população do Município a garantia de que os recursos destinados à execução do Plano não terão outra aplicação senão a prevista na lei, pôsto que, conforme dispõe o artigo 7.º “A renda proveniente dos recursos previstos nesta lei será recolhida diáriamente a estabelecimento bancário, determinado pelo Prefeito, em conta especial, ficando o Tesoureiro da Prefeitura responsável por êsse recolhimento, depois de procedidos os necessários cálculos pelo Departamento de Finanças”. Essa disposição, além de afirmar a honestidade de propósitos do Governo Municipal perante a população e assegurar a justa aplicação dos novos recursos dela exigidos, permitirá, ainda, oferecer garantia sólida para obtenção de financiamento antecipado do Plano.

64. Com os recursos que o plano deverá proporcionar, se a Egrégia Câmara dignar-se transformar em lei o projeto, será possível fazer-se de maneira suave a cobrança da taxa de “Contribuição de Melhoria”, sem afetar o orçamento doméstico dos contribuintes, cujo patrimônio contará, ainda, com o benefício resultante da valorização decorrente das obras. O prazo para recuperação das quantias invertidas em obras sujeitas àquela taxa poderá estender-se até 10 anos, conforme dispõe o projeto, o que virá possibilitar a efetiva aplicação da Lei n.º 173, na parte que a instituiu, tirando a êste tributo o caráter confiscatório que teria se o seu pagamento tivesse de processar-se dentro do exercício ou, no máximo, em dois anos. A recuperação do custo das obras através da taxa de contribuição de melhoria permitirá, por outro lado aumentar, cada ano, os recursos destinados ao custeio do Plano. Admitindo-se, para base de cálculo, que apenas dois terços dos recursos do plano sejam empregados em obras remuneradas pela “Contribuição de Melhoria” e considerada, apenas, a dotação prevista para o primeiro ano, teremos a seguinte demonstração dos recursos que, no quinquênio, serão aplicados, exclusivamente, em obras sujeitas àquela Taxa :

| ANOS      | CAPITAL<br>(2/3 da dotação<br>provável para<br>o primeiro ano)<br>Cr\$ | AMORTIZAÇÃO<br>(inclusive ju-<br>ros anuais de<br>6%)<br>Cr\$ | TOTAL<br>Cr\$ |
|-----------|--|---|---------------|
| 1954..... | 8 700 000  | 1 048 000   | 9 748 000     |
| 1955..... | 8 700 000  | 2 472 511   | 11 172 511    |
| 1956..... | 8 700 000  | 3 664 545   | 12 364 545    |
| 1957..... | 8 700 000  | 5 608 212   | 14 308 212    |
| 1958..... | 8 700 000  | 6 952 081   | 15 652 081    |
|           | 43 500 000   | 19 745 349  | 63 245 349    |

65. Os elementos citados nos demonstram que, mesmo recorrendo-se a cálculos pessimistas, será possível empregar na execução do Plano, no quinquênio, a vultosa soma de Cr\$ 63.245,349, o que permitirá, por certo, a realização de obras de vulto indispensáveis ao bem-estar da população e ao progresso da cidade.

66. Antes de finalizar, desejo fazer algumas considerações à guisa de justificativa, para demonstrar a perfeita concordância do projeto com as normas contábeis orçamentárias aprovadas pelo Decreto-lei federal n.º 2.416, de 17 de julho de 1940.

67. Propondo o Poder Executivo a instituição de um plano quinquenal para as obras e empreendimentos municipais e prevendo que, para seu custeio, sejam criados recursos especiais, recursos êsses que, numa demonstração dos sadios e honestos propósitos do Município perante a população, serão depositadas em estabelecimento bancário, poderia parecer às pessoas menos avisadas que isso constitui uma modalidade de burla das normas aprovadas pelo Decreto-lei federal n.º 2.416, de 17 de julho de 1940, que proíbe a criação de fundos especiais, cujo artigo 13 está assim redigido:

“Art. 13. Todas as receitas arrecadadas, exceto as dos serviços ferroviários, serão recolhidas à tesouraria-geral ou órgão equivalente, diretamente ou por intermédio de outras repartições ou estabelecimentos bancários.

Parágrafo único. A arrecadação constituirá um todo para atender às despesas autorizadas, sendo vedada a sua fragmentação para criação de fundos especiais.”

68. Nem de longe, porém, o projeto contraria êsse preceito legal. O que é proibido é a criação, no orçamento, de “caixas especiais” com recursos de receita ordinária, fato que não ocorre com o “Plano Municipal de Obras e Empreendimentos”. No orçamento para 1954, o aumento decorrente da majoração de impostos prevista no projeto aparece nas rubricas próprias enquanto que, na despesa, todos os gastos com obras públicas foram reunidos num só título sob a rubrica “Obras Novas”.

69. Como muito bem pontifica FRANCISCO D'ÁURIA, a expressão “fundos especiais”, contida no artigo 13 da norma aprovada pelo Decreto-lei n.º 2.416, citado, significa apenas “caixas especiais” (in Problemas de Finanças Municipais — prof. Milton Improta, pág. 235). Aliás, êsse conceito foi firmado na “III Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários”, realizada em 1950 sob os auspícios do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Minis-



tério da Fazenda. Resultou dêsse conclave a aprovação do novo projeto de normas técnicas, o qual se encontra, presentemente, em andamento no Parlamento Nacional. No artigo 23, dispõe êsse projeto:

"Art. 23. O recolhimento de tôdas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de Caixas Especiais."

70. Essa doutrina tem sido seguida pela Assembléia Legislativa do nosso Estado, invocando-se, para documentá-la, a Lei n.º 527, de 2 de outubro de 1951, que instituiu o "Plano de Valonização Econômica do Estado" e a Lei n.º 664, de 26 de novembro de 1952, que criou o "Fundo Especial para Pavimentação de Rodovias". O primeiro dêsses diplomas dispõe em seu artigo 4.º:

"Art. 4.º Haverá um orçamento das receitas e despesas do plano, que o Executivo submeterá à Assembléia Legislativa e que se cumprirá por partes, conforme constar do orçamento anual do Estado."

A Lei n.º 664, citada, em seu artigo 2.º, dispõe:

"Art. 2.º Para constituição do Fundo referido no artigo anterior, fica majorado em 0,5% (meio por cento) o imposto sobre vendas e consignações de que trata a lei n.º 609, de 31 de dezembro de 1951, cuja arrecadação será feita nos exercícios de 1953 a 1957, inclusive".

No artigo 4.º, a mesma lei preceitua:

"A receita do Fundo, proveniente das fontes previstas no artigo anterior, será depositada em estabelecimento de crédito determinado pelo Secretário da Fazenda, cabendo a essa autoridade autorizar os pagamentos e assinar os respectivos cheques bancários."

71. Vê-se, portanto, que o mecanismo instituído no anteprojeto que o Poder Executivo ora submete à elevada apreciação do Legislativo Municipal, está com a boa doutrina e em plena harmonia com as normas aprovadas pelo Decreto-lei federal n.º 2.416, de 1940.

72. Assim justificado o projeto, o Poder Executivo confia em que o mesmo merecerá a melhor acolhida por parte da Egrégia Câmara, dados os elevados propósitos em que se inspirou o Prefeito ao elaborá-lo, formulando, ao mesmo tempo, um apêlo muito cordial aos nobres e ilustres membros dêsse Colégio Eleitoral, no sentido de que ao projeto seja dispensado tratamento especial, dada a sua natureza urgente e o vínculo que o prende à proposta orçamentária para o exercício de 1954.

Aproveito-me do ensejo, Senhor Presidente, para reiterar a Vossa Excelência e demais Senhores Vereadores os protestos de mais elevada consideração e aprêço.

TABELA I  
CAPITAIS BRASILEIRAS — IMPÔSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES  
Confronto com a Receita Tributária e com o Movimento do Giro Comercial

| CAPITAIS           | RECEITA<br>TRIBUTÁ-<br>RIA ARRE-<br>CADADA<br><br>1951<br>(Cr\$ 1000) | IMPÔSTO<br>DE IND.<br>E PROFIS-<br>SÕES<br><br>1951<br>(Cr\$ 1000) | MOVIMENTO<br>DO GIRO<br>COMERCIAL<br><br>1951<br>(Cr\$ 1000)<br>(1) | RELAÇÃO PERCEN-<br>TUAL ENTRE O<br>IMPÔSTO DE IND.<br>E PROFISSÕES |   |
|--------------------|---|--|---|--|---|
|                    |   |  |   | a a Re-<br>ceita<br>Tribu-<br>tária                                | o Movi-<br>mento<br>de Gi-<br>ro Co-<br>mercial |
| Belém.....         | 26 840  | 15 000   | 2 282 008   | 55,88  | 0,657   |
| São Luiz.....      | 10 125  | 2 490  | 1 075 669   | 24,59  | 0,231   |
| Teresina.....      | 3 221   | 1 155  | 313 282   | 35,86  | 0,368   |
| Fortaleza.....     | 25 940  | 14 000   | 3 098 815   | 53,97  | 0,451   |
| Natal.....         | 6 770   | 3 850  | 965 541   | 56,87  | 0,398   |
| João Pessoa.....   | 11 607  | 7 778  | 1 225 528   | 67,01  | 0,634   |
| Recife.....        | 141 737   | 88 996   | 11 217 884  | 62,79  | 0,793   |
| Maceió.....        | 14 109  | 8 286  | 1 476 699   | 58,73  | 0,561   |
| Aracaju.....       | 11 080  | 6 762  | 593 065   | 61,03  | 1,140   |
| Salvador.....      | 77 629  | 44 353   | 5 731 489   | 57,13  | 0,773   |
| B. Horizonte.....  | 75 096  | 19 349   | 6 258 405   | 25,76  | 0,309   |
| VITÓRIA.....       | 11 277  | 4 458  | 2 271 218   | 39,49  | 0,196   |
| Niterói.....       | 48 942  | 3 290  | 2 409 135   | 6,72   | 0,136   |
| São Paulo.....     | 1 094 061   | 324 313  | 110 875 313   | 29,64  | 0,292   |
| Curitiba.....      | 31 104  | 5 028  | 4 465 311   | 16,16  | 0,112   |
| Florianópolis..... | 7 220   | 2 074  | 477 333   | 28,72  | 0,434   |
| Pôrto Alegre.....  | 120 886   | 31 649   | 14 693 993  | 26,18  | 0,215   |
| Cuiabá.....        | 1 693   | 454  | 205 532   | 26,82  | 0,220   |
| Goiania.....       | 5 582   | 968  | 523 697   | 17,34  | 0,184   |

FONTES: Receita e Despesa — "Anuário do Brasil" — Ano XIII — 1952 — IBGE. — Giro Comercial: "Boletim Estatístico" n.º 41 — IBGE.

(1) O Movimento do Giro Comercial é calculado com base na arrecadação do imposto sobre vendas e consignações.



TABELA II  
CAPITAIS BRASILEIRAS — RECEITA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL  
Confronto com a População do Município e o Movimento do Giro Comercial

| CAPITAIS           | POPULAÇÃO<br>RECENSA-<br>DA EM<br>1950 | RECEITA<br>TRIBUTÁ-<br>RIA ARRECA-<br>DADA 1951<br>(Cr\$ 1000) | MOVIMENTO<br>DO GIRO<br>COMERCIAL<br>1951<br>(Cr\$ 1000) | GIRO CO-<br>MERCIAL<br>POR HA-<br>BITANTE<br>ANO<br>(Cr\$ | % DA RE-<br>CEITA<br>TRIBUTÁ-<br>RIA S/O<br>MOVIMEN-<br>TO DO<br>GIRO CO-<br>MERCIAL |
|--------------------|--|--|--|---|--|
| Belém.....         | 254 949                                | 26 840   | 2 282 008  | 8 950   | 1,176  |
| São Luiz.....      | 119 785                                | 10 125   | 1 075 669  | 8 980   | 0,941  |
| Teresina.....      | 27 484                                 | 3 221  | 313 282  | 11 400  | 1,028  |
| Fortaleza.....     | 270 169                                | 25 940   | 3 098 815  | 11 470  | 0,837  |
| Natal.....         | 103 215                                | 6 770  | 965 541  | 9 350   | 0,701  |
| João Pessoa.....   | 119 326                                | 11 607   | 1 225 258  | 10 270  | 0,947  |
| Recife.....        | 524 682                                | 141 737  | 11 217 884   | 21 380  | 1,263  |
| Maceió.....        | 120 980                                | 14 109   | 1 476 699  | 12 210  | 0,955  |
| Aracaju.....       | 78 364                                 | 11 080   | 593 065  | 7 570   | 1,867  |
| Salvador.....      | 417 235                                | 77 629   | 5 731 489  | 13 740  | 1,354  |
| B. Horizonte.....  | 352 734                                | 75 096   | 6 258 405  | 17 743  | 1,199  |
| VITÓRIA.....       | 50 922                                 | 11 287   | 2 271 218  | 44 600  | 0,496  |
| Niterói.....       | 186 309                                | 48 942   | 2 409 135  | 12 930  | 2,031  |
| São Paulo.....     | 2 198 096                              | 1 094 061  | 110 875 313  | 50 440  | 0,986  |
| Curitiba.....      | 180 575                                | 31 104   | 4 465 311  | 24 730  | 0,696  |
| Florianópolis..... | 67 630                                 | 7 220  | 477 333  | 7 060   | 1,512  |
| Pôrto Alegre.....  | 394 151                                | 120 886  | 14 693 993   | 27 380  | 0,822  |
| Cuiabá.....        | 56 204                                 | 1 693  | 205 532  | 3 657   | 0,823  |
| Goiânia.....       | 53 389                                 | 5 582  | 523 697  | 9 810   | 1,065  |

FONTES: "Anuário do Brasil" — Ano XIII — 1952 — IBGE. — "Boletim Estatístico", n.º 41 — IBGE.

TABELA III  
CAPITAIS BRASILEIRAS  
Receita Tributária do Município de Vitória, calculada tomando por base a incidência percentual  
da Receita Tributária das Capitais Brasileiras em relação ao Movimento do Giro Comercial  
— 1951 —

| CAPITAIS            | MOVIMENTO<br>DO<br>GIRO CO-<br>MERCIAL<br>1951<br>(Cr\$ 1 000) | RECEITA TRIBUTÁRIA<br>ARRECADADA EM 1951 |  | RECEITA TRI-<br>BUTÁRIA DE<br>VITÓRIA CAL-<br>CULADA DA<br>INCIDÊNCIA<br>PERCENT. DA<br>RECEITA DAS<br>CAPITAIS EM<br>RELAÇÃO AO<br>GIRO COM.<br>(Cr\$ 1 000) |
|---------------------|--|--|--|---|
|                     |  | Total<br>(Cr\$ 1 000)                    | % sobre o<br>movimento<br>do Giro<br>Comercial |   |
| Niterói.....        | 2 409 135  | 48 942                                   | 2,031  | 42 066  |
| Aracaju.....        | 593 065  | 11 080                                   | 1,867  | 38 670  |
| Florianópolis.....  | 477 333  | 7 220                                    | 1,512  | 31 317  |
| Salvador.....       | 5 731 489  | 77 629                                   | 1,354  | 28 044  |
| Recife.....         | 11 217 884   | 141 737                                  | 1,263  | 26 159  |
| Belo Horizonte..... | 6 258 405  | 75 096                                   | 1,199  | 24 834  |
| Belém.....          | 2 282 008  | 26 840                                   | 1,176  | 24 357  |
| Goiânia.....        | 523 697  | 5 582                                    | 1,065  | 22 058  |
| Teresina.....       | 313 282  | 3 221                                    | 1,028  | 21 292  |
| São Paulo.....      | 110 875 315  | 1 094 061                                | 0,986  | 20 422  |
| Maceió.....         | 1 476 699  | 14 109                                   | 0,955  | 19 780  |
| João Pessoa.....    | 1 225 258  | 11 607                                   | 0,947  | 19 614  |
| São Luiz.....       | 1 075 669  | 10 125                                   | 0,941  | 19 490  |
| Fortaleza.....      | 3 098 815  | 25 940                                   | 0,837  | 17 336  |
| Cuiabá.....         | 205 532  | 1 693                                    | 0,823  | 17 046  |
| Pôrto Alegre.....   | 14 693 993   | 120 886                                  | 0,822  | 17 025  |
| Natal.....          | 965 541  | 6 770                                    | 0,701  | 14 519  |
| Curitiba.....       | 4 465 311  | 31 104                                   | 0,696  | 14 416  |
| VITÓRIA.....        | 2 071 218  | 11 287                                   | 0,496  | 11 287  |

FONTES: "Anuário do Brasil" — Ano XIII — 1952 — IBGE. — "Boletim Estatístico", n.º 41 — IBGE.



TABELA IV  
CAPITAIS BRASILEIRAS

Receita Tributária das Capitais Brasileiras por habitante-ano, reajustada com base na receita por habitante-ano do Município de Vitória, segundo a capacidade contributiva da população, aferida pelo Movimento do Giro Comercial — 1951 —

| CAPITAIS             | POPULAÇÃO<br>RECEN-<br>SEADA<br>EM<br>1950 | GIRO CO-<br>MERCIAL<br>POR HA-<br>BITANTE<br>ANO<br>1951<br>(Cr\$) | RECEITA TRIBUTÁ-<br>RIA ARRECADADA<br>EM 1951 |                                       | RECEITA<br>POR HA-<br>BITANTE<br>ANO REA-<br>JUSTADA<br>PELA DE<br>VITÓRIA<br>SEGUNDO<br>O GIRO<br>COMER-<br>CIAL POR<br>HABITAN-<br>TE ANO<br>(Cr\$) |
|----------------------|--|--|---|---------------------------------------|---|
|                      |  |  | Total<br>(Cr\$ 1000)                          | Por ha-<br>bitan-<br>te ano<br>(Cr\$) |   |
| 1 Niterói.....       | 186 309                                    | 12 930   | 48 942  | 262,69                                | 906,11  |
| 2 Aracaju.....       | 78 364                                     | 7 570  | 11 080  | 141,39                                | 833,02  |
| 3 Florianópolis..... | 67 630                                     | 7 060  | 7 220   | 105,76                                | 674,43  |
| 4 B. Horizonte.....  | 352 724                                    | 46 270   | 75 096  | 212,90                                | 640,85  |
| 5 Salvador.....      | 417 235                                    | 13 740   | 77 629  | 186,05                                | 603,91  |
| 6 Recife.....        | 524 682                                    | 21 380   | 141 737                                       | 270,13                                | 563,50  |
| 7 Belém.....         | 254 949                                    | 8 950  | 26 840  | 105,27                                | 524,58  |
| 8 Goiânia.....       | 53 389                                     | 9 810  | 5 582   | 104,55                                | 475,22  |
| 9 Teresina.....      | 27 484                                     | 11 400   | 3 221   | 115,66                                | 452,49  |
| 10 São Paulo.....    | 2 198 096                                  | 50 440   | 1 094 061                                     | 497,73                                | 440,10  |
| 11 Maceió.....       | 120 980                                    | 12 210   | 14 109  | 116,62                                | 425,98  |
| 12 João Pessoa.....  | 119 326                                    | 10 270   | 11 607  | 97,27                                 | 422,41  |
| 13 São Luiz.....     | 119 785                                    | 8 980  | 10 125  | 84,53                                 | 419,62  |
| 14 Fortaleza.....    | 270 169                                    | 11 470   | 25 940  | 96,01                                 | 373,32  |
| 15 Cuiabá.....       | 56 204                                     | 3 657  | 1 693   | 30,12                                 | 367,33  |
| 16 Porto Alegre..... | 394 157                                    | 37 280   | 120 886                                       | 321,87                                | 385,06  |
| 17 Natal.....        | 103 215                                    | 9 350  | 6 770   | 65,59                                 | 312,86  |
| 18 Curitiba.....     | 180 575                                    | 24 730   | 31 104  | 172,25                                | 310,64  |
| 19 VITÓRIA.....      | 50 922                                     | 44 600   | 11 287  | 221,65                                | 221,65  |

FONTES: "Anuário do Brasil" — Ano XIII — 1952 — IBGE. — "Boletim Estatístico", n.º 41 — IBGE.

## ANTEPROJETO

## LEI N.º.....

Art. 1.º Durante o prazo de cinco anos a contar do exercício de 1954, serão executados segundo o "Plano Municipal de Obras e Empreendimentos", que fica criado, as seguintes obras e empreendimentos do Município:

- construção de novas redes públicas de iluminação elétrica, ampliação e melhoramento de iluminação nos logradouros públicos;
- abertura, pavimentação e calçamento de logradouros públicos;
- drenagem de águas pluviais;
- expansão e melhoramento da rede d'água e da rede de esgoto;
- construção de um cemitério público;
- construção e melhoramento de mercados;
- aquisição de maquinaria e instalações para obras públicas;
- instalação adequada dos serviços municipais;
- construção de abrigos públicos para passageiros de bondes e ônibus;
- construção de instalações sanitárias coletivas, nos logradouros públicos;
- ampliação e melhoramentos de matadouro municipal;
- levantamento da carta aerofotogramétrica do Município;
- construção da Estação Rodoviária;
- expansão do Plano de Urbanismo da cidade.

Art. 2.º O programa de execução das obras e empreendimentos previstos nesta Lei será elaborado anual-

mente pelo Prefeito Municipal, tendo por base os estudos, planos, projetos e orçamentos organizados pelo Departamento de Serviços Municipais, sendo submetido à aprovação da Câmara Municipal até 31 de agosto de cada ano, para vigorar no ano seguinte.

§ 1.º Tendo em vista a necessidade de fixar a uniformidade de execução de planejamento municipal, a Câmara apreciará o programa tendo em vista a oportunidade e a conveniência da execução das obras projetadas, aprovando total ou parcialmente o plano apresentado, ou negando-lhe aprovação, sem incluir, contudo, emendas ao projeto que visem a realização de obras não projetadas pelo Departamento de Serviços Municipais.

§ 2.º O programa de obras e empreendimentos para o exercício de 1954 será elaborado e encaminhado à Câmara Municipal até 31 de janeiro de 1954.

Art. 3.º As obras e empreendimentos serão executados diretamente pelo Departamento de Serviços Municipais ou contratados com particulares mediante concorrência pública em que sejam observadas as formalidades legais.

Art. 4.º Fica criada e incorporada ao orçamento municipal, a partir do exercício de 1954, a "Taxa de iluminação" que, na conformidade do regulamento a ser expedido pelo Prefeito, incidirá na base de 1% (um por cento) sobre o valor locativo dos prédios e sobre o valor tributável dos terrenos sujeitos ao imposto territorial urbano, todos situados em ruas do Município servidas por redes elétricas, pública ou domiciliaria.

Art. 5.º A cobrança da parte variável do Imposto de Indústrias e Profissões, prevista nos artigos 44, alínea b) 45 e 46 do Livro III da Lei número 173, de 19 de dezembro de 1950, passará a ser feita uniformemente, em relação a todos os estabelecimentos sujeitos ao imposto, na base de 0,8% (oito décimos por cento), calculada sobre o movimento de vendas.



Parágrafo único. Na cobrança da parte variável do imposto de indústrias e profissões, serão adotadas as tarifas previstas nos artigos 45 e 46 do Livro III da Lei número 173, de 19 de dezembro de 1950, quando se tratar de mercadorias destinadas à exportação, vendidas para entrega futura, a preços previamente fixados, mediante contratos firmados até à data da vigência desta Lei e devidamente registrados.

Art. 6.º O "Plano Municipal de Obras e Empreendimentos" será custeado com os seguintes recursos:

- a) a renda prevista no artigo 4.º;
- b) o aumento de arrecadação correspondente à diferença existente entre a percentagem de 0,8% referida no artigo anterior e as taxas previstas nos artigos 44, alínea b) 45 e 46 do Livro III da Lei n.º 173, de 19 de dezembro de 1950;
- c) o mínimo de 10% (dez por cento) da Receita ordinária do Município, não compreendida a arrecadação prevista no artigo 4.º e na alínea b) deste artigo;
- d) a importância arrecadada sob a rubrica "Contribuição de Melhoria";
- e) os juros provenientes de depósitos bancários, próprios do Plano.

§ 1.º Estão isentos do aumento previsto no item II deste artigo:

- a) os estabelecimentos varejistas de secos e molhados;
- b) os estabelecimentos varejistas que, predominantemente, negociam com carne fresca, peixe, leite fresco, derivados de leite, aves, e ovos, verduras e legumes, lenha e carvão para uso doméstico;
- c) as torrefações de café;
- d) os estabelecimentos que produzam ou vendam pão, massas alimentícias e doces.

§ 2.º Para gozar da isenção prevista no parágrafo anterior, os estabelecimentos deverão atender as exigências feitas pela Prefeitura e indispensáveis à concessão da isenção.

Art. 7.º A renda proveniente dos recursos previstos no artigo 6.º será recolhida diariamente a estabelecimento bancário determinado pelo Prefeito, em conta especial, depois de procedidos os necessários cálculos pelo Departamento de Finanças, ficando o Tesoureiro da Prefeitura responsável por esse recolhimento.

Parágrafo único. Os cálculos a que se refere este artigo deverão ficar ultimados dentro do prazo máximo de cinco dias.

Art. 8.º O pagamento da "Contribuição de Melhoria" relativo às obras custeadas por conta dos recursos de que trata esta lei poderá ser feito até o limite de 120 (cento e vinte) meses não podendo, todavia, o valor de cada prestação mensal ser inferior a Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros), observado o disposto no § 3.º do artigo 101 da Lei n.º 173, de 19 de dezembro de 1950.

Art. 9.º O artigo 103, da Lei n.º 173, citada, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 103. A dívida fiscal, oriunda da "Contribuição de Melhoria" terá preferência sobre outras dívidas fiscais, quanto ao imóvel beneficiado ou seu preço e prescreverá dentro de 5 (cinco) anos, a contar da data de vencimento da última prestação da dívida".

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos destinados ao financiamento do "Plano Municipal de Obras e Empreendimentos", cujo valor não poderá exceder à receita prevista, para o Plano durante o período de sua vigência.

§ 1.º Para garantia dos empréstimos ou com o fim de obter os recursos financeiros necessários, fica o Poder Executivo autorizado a emitir apólices de valor não superior a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) por título, podendo este ser ou não nominativo.

§ 2.º O total de apólices a emitir não excederá à receita prevista para o Plano durante sua vigência.

§ 3.º Serão restituídos pela entidade financiadora as apólices caucionadas, à medida e na proporção em que o empréstimo for sendo resgatado.

§ 4.º As apólices emitidas poderão ser lançadas no mercado de títulos a preço não inferior a 90% (noventa por cento) do seu valor nominal.

§ 5.º Nas mesmas condições previstas no parágrafo anterior poderão, igualmente, ser vendidas as apólices caucionadas, restituídas pelas entidades financiadoras.

Art. 11. Com exceção das apólices caucionadas, as demais serão resgatadas mediante sorteio público semestral, a ser realizado em dia e hora previamente fixados em edital divulgado no órgão oficial da Prefeitura.

Parágrafo único. As apólices resgatadas não mais poderão ser vendidas, devendo ser incineradas após o resgate, lavrando-se o respectivo termo em livro especial.

Art. 12. As apólices vencerão o juro máximo de 8% (oito por cento) ao ano, pagos semestralmente em janeiro e julho.

Art. 13. Como garantia, subsidiária ou não, dos empréstimos a realizar, fica o Poder Executivo autorizado, ainda, a caucionar ou vincular à operação financeira de que trata o artigo 10, a renda prevista no artigo 6.º correspondente à receita estimada para custeio do Plano durante o período de vigência desta Lei.

Art. 14. As apólices emitidas por força da Lei n.º 27, de 4 de novembro de 1948, poderão ser aplicadas aos fins previstos nesta Lei, respeitado o disposto no § 2.º do artigo 10 e no artigo 11.

Art. 15. Antes do início de obras sujeitas à "Contribuição de Melhoria", poderá o Prefeito Municipal contrair empréstimos com os contribuintes à mesma obrigação até o limite de valor da dívida de cada um.

§ 1.º Os empréstimos independem de contrato e serão concretizados mediante a simples entrega de apólices nominais a cada contribuinte financiador.

§ 2.º As apólices serão vendidas a preço não inferior a 95% (noventa e cinco por cento) de seu valor nominal e poderão ser recebidas, por esse mesmo valor, em pagamento da dívida de contribuinte financiador, proveniente da "Contribuição de Melhoria".

Art. 16. As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei serão levadas à conta da verba "Plano Municipal de Obras e Empreendimentos".

Art. 17. O Prefeito Municipal expedirá os atos executivos necessários à execução da presente Lei, que entrará em vigor a 1.º de janeiro de 1954, revogadas as disposições em contrário.